
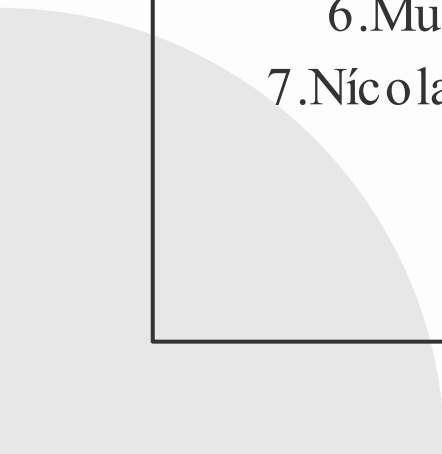




Direito à Intimidade e Direitos Humanos:
Desafios Éticos das Mídias Sociais



Equipe
de
Trabalho

1. Felipe Dantas Silva
 2. Fernanda Botelho de Arruda
 3. Gabriel de Lima Aurelio
 4. Laura Monteiro Araújo Lima de Almeida
 5. Marcelo Henrique Alves da Silva
 6. Murilo Cesar Sousa Gouveia
 7. Nicolas Rodrigues do Nascimento
 8. Ronei Pinto Ramos
- 

Tópicos

01

Direito Digital

Disciplina emergente no campo jurídico.

02

Leis

LGPD, Lei Carolina Dieckman, Marco Civil da Internet.

03

Estatísticas

Pesquisas, Dados e Desafios

04

Impactos

Individualmente e no âmbito social.

05

O uso Responsável das Redes Sociais

Medidas, cuidados gerais e proteção da sociedade.

06

Considerações Finais

Conclusões.

1. Direito Digital



Desafios

Proteção de privacidade, ataques cibernéticos (hacking, phishing e malware), crimes cibernéticos e necessidade de adaptação das normas jurídicas.



Relevância na Era da Informação

O direito digital abrange um conjunto de normas e princípios que regulam o uso da tecnologia e da internet. Com o avanço acelerado das tecnologias digitais, este ramo do direito tornou-se essencial para garantir a proteção dos direitos dos usuários e a segurança das informações.



Necessidades

A colaboração entre legisladores, empresas e a sociedade civil é essencial para criar um ambiente digital seguro e protegido, garantindo que os direitos dos usuários sejam respeitados e que as tecnologias sejam utilizadas de maneira ética e responsável.

Leis

Lei Geral de Proteção de
Dados Pessoais (Lei
13.709/2018)

Tem como objetivo assegurar a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e a livre formação da personalidade dos indivíduos.

Lei Carolina Dieckman (Lei n°
12.737/2012))

Visa preencher uma lacuna na legislação brasileira em relação à invasão de sistemas e ao roubo de dados pessoais

Marco Civil da Internet (Lei n°
12.965/2014)

Responsável por regular os direitos e deveres tanto dos usuários quanto dos provedores de serviços de internet

Ao somar a LGPD, a Lei Carolina Dieckmann e o Marco Civil da Internet, o Brasil construiu uma base legal robusta para proteger os cidadãos no ambiente digital. No entanto, o cenário tecnológico é dinâmico, e a legislação precisa acompanhar a rápida evolução da tecnologia.

Estatísticas

À medida que a tecnologia avança, surgem novas ameaças que afetam diretamente o direito à intimidade e a proteção dos direitos humanos.

Não obstante, a cada dia, vemos um aumento significativo no número de notícias sobre crimes cibernéticos, desde ataques em redes sociais até fraudes por meio de ligações telefônicas





Um estudo realizado pela SAS Institute revelou que “cerca de

80% dos consumidores brasileiros

disseram ter sofrido algum tipo de fraude digital ao menos uma vez.”

Quadro

De acordo com a Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento:

“Fora realizada análise entre os dias 01 de Julho e 30 de Setembro de 2017, onde identificaram um crescimento de 44% (quarenta e quatro) dos ciberataques. O mesmo relatório determinou o total de malwares detectados nos meses de: Julho, 1.633.043; Agosto, 2.106.341; e Setembro, 1.846.730. Ademais, determinou o total de links maliciosos detectados nos meses de: Julho, 14.092.026; Agosto, 24.306.873; e Setembro, 27.342.028.”

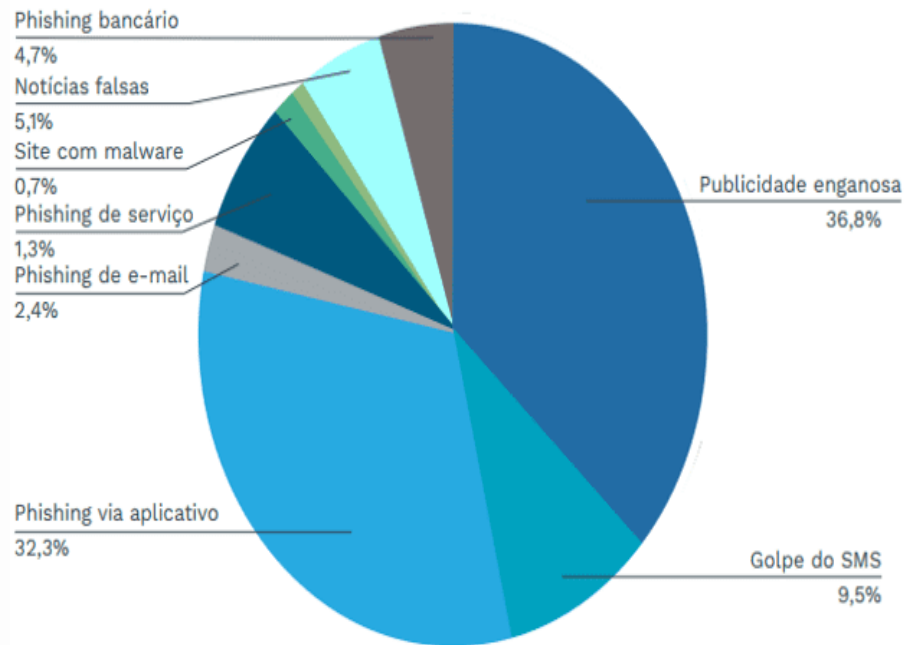


Imagem retirada do site: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencia-da-computacao/crimes-virtuais>

01

Exposição involuntária de dados pessoais

As mídias sociais incentivam o compartilhamento de informações pessoais, muitas vezes sem a devida conscientização sobre os riscos envolvidos

02

Violação da privacidade

Indivíduos que têm sua intimidade exposta nas redes sociais frequentemente sofrem danos emocionais e mentais graves

03

Banalização da intimidade

Aspectos íntimos da vida dos indivíduos são transformados em conteúdo de consumo público, diluindo os limites entre o que é privado e o que é público

04

Violação da intimidade

Comentários, fotos ou vídeos compartilhados sem o consentimento dos envolvidos são exemplos de situações onde a privacidade é violada

Impactos

Indivíduos que têm sua intimidade exposta nas redes sociais frequentemente sofrem danos emocionais e mentais graves

A disseminação de informações falsas ou discriminatórias nas redes sociais não só agride os direitos individuais dessas pessoas, como também pode contribuir para a marginalização e exclusão social. Nessa perspectiva, a proteção dos direitos humanos no ambiente digital passa a ser um dos grandes desafios éticos do século XXI

O Uso Responsável das Redes Sociais



Promover uma maior alfabetização midiática, que vá além da educação digital básica. Isso significa capacitar os usuários não apenas a entenderem como funcionam as plataformas, mas também a discernir entre informações verídicas e falsas, compreendendo o impacto da disseminação de desinformação.



Para garantir um uso mais responsável das redes, é fundamental que as plataformas ofereçam maior clareza sobre suas políticas de coleta e uso de dados.



Para lidar com os desafios éticos nas redes sociais, as empresas precisam investir em equipes diversificadas e capacitadas de moderação de conteúdo

A inclusão de moderadores humanos treinados em ética digital, direitos humanos e questões sociopolíticas é crucial para garantir que os conteúdos nocivos sejam identificados e removidos de maneira justa e eficiente, respeitando os direitos à liberdade de expressão, mas sem permitir que comportamentos abusivos prosperem.



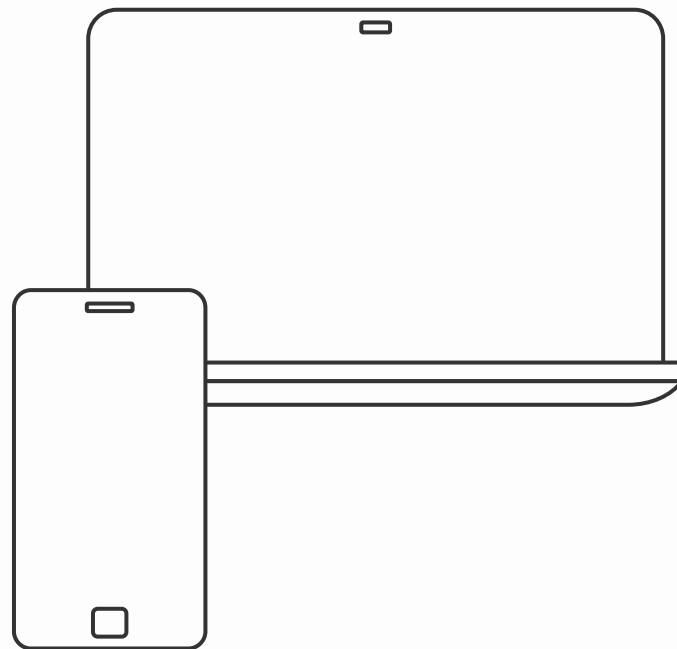
Um aspecto fundamental que precisa de mais atenção é o impacto das redes sociais na saúde mental dos usuários. Como solução, as plataformas podem introduzir mais funcionalidades que promovam o bem-estar dos usuários, como ferramentas que monitorem e limitem o tempo de uso, notificações de pausas e ambientes mais positivos para a interação



Uma solução crucial para o uso responsável das redes sociais é o desenvolvimento de políticas mais inclusivas e acessíveis



O uso responsável das redes sociais não depende apenas de ações individuais, mas de uma série de esforços coletivos que envolvem educação, transparência, inovação tecnológica e cooperação global. As soluções apresentadas visam criar um ambiente digital mais ético e seguro, em que os direitos humanos, incluindo a privacidade e a intimidade, sejam devidamente protegidos, enquanto a liberdade de expressão e a inovação digital continuam a prosperar.



Considerações Finais

- O compromisso com um uso responsável e ético das redes sociais é essencial para construir um ambiente digital que respeite a intimidade, promova a segurança e contribua para o bem-estar geral da sociedade.
- Em suma, a proteção da privacidade e o respeito aos direitos humanos nas redes sociais são responsabilidades compartilhadas que exigem um esforço contínuo e coordenado.
- O estudo sobre o uso responsável das redes sociais e os desafios éticos associados a essas plataformas evidencia a complexidade e a relevância das questões contemporâneas relacionadas ao direito à privacidade e aos direitos humanos.
- É necessário criar uma cultura de segurança digital desde a infância e garantir que as medidas adotadas sejam inclusivas e adaptáveis às diversas realidades dos usuários